



Eldorado Brasil Celulose S.A.

**Demonstrações contábeis intermediárias
em 31 de março de 2013**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da
Eldorado Brasil Celulose S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Eldorado Celulose e Papel S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos***Informações intermediárias do valor adicionado***

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12			31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	102.520	593.883	127.219	595.799	Fornecedores	13	322.548	342.019	322.548	342.019
Contas a receber de clientes		34.585	7.529	99.485	4.727	Empréstimos e financiamentos	14	836.563	628.613	836.563	628.613
Transações com partes relacionadas	5	150.233	0	6.323	0	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	15	46.938	64.239	46.938	64.273
Estoques	6	296.180	200.589	365.570	203.537	Outros passivos circulantes		18.913	51.369	19.340	51.419
Impostos a recuperar	7	52.776	33.434	52.776	33.434						
Adiantamento a fornecedores	8	52.230	55.636	52.230	55.636	Total do circulante		1.224.962	1.086.240	1.225.389	1.086.324
Outros ativos circulantes		19.001	3.910	19.451	4.173						
Total do circulante		707.525	894.981	723.054	897.306	Não circulante					
Não circulante						Não circulante					
Transações com partes relacionadas	5	41.718	41.005	41.718	41.005	Empréstimos e financiamentos	14	4.028.359	4.059.132	4.028.359	4.059.132
Impostos a recuperar	7	251.331	250.740	251.331	250.740	Provisão para riscos processuais	17	1.986	2.010	1.986	2.010
Adiantamento a fornecedores	8	54.805	54.805	54.805	54.805	Outros passivos não circulantes		1.800	1.816	2.123	2.139
Depósitos, cauções e outros		2.814	2.097	2.814	2.097						
		350.668	348.647	350.668	348.647	Total do não circulante		4.032.145	4.062.958	4.032.468	4.063.281
Ativos biológicos	9	757.462	611.881	760.603	615.022	Patrimônio líquido					
Investimentos	10	91.007	76.912	26.226	25.048	Capital social	18	1.567.635	1.567.635	1.567.635	1.567.635
Imobilizado	11	5.036.128	4.949.460	5.072.778	4.986.054	Adiantamento para futuro aumento de capital		221.157	221.157	221.157	221.157
Intangível	12	2.778	2.465	12.989	12.676	Prejuízos acumulados		(100.331)	(53.644)	(100.331)	(53.644)
Total do não circulante		6.238.043	5.989.365	6.223.264	5.987.447	Total do patrimônio líquido		1.688.461	1.735.148	1.688.461	1.735.148
Total do ativo		6.945.568	6.884.346	6.946.318	6.884.753	Total do passivo		6.945.568	6.884.346	6.946.318	6.884.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2013	2012	2013	2012
Receita operacional líquida	19	172.337	38	121.019	38
Custo dos produtos vendidos		<u>(178.338)</u>	<u>-</u>	<u>(119.225)</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>(6.001)</u>	<u>38</u>	<u>1.794</u>	<u>38</u>
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	21	(12.852)	(14.238)	(14.218)	(14.238)
Despesas com vendas	21	(20.551)	-	(27.728)	-
Resultado financeiro líquido	22	(76.964)	(2.832)	(76.655)	(2.832)
Valor justo do ativo biológico	9	71.646	(75)	71.646	(75)
Resultado de equivalência patrimonial e lucro não realizado nos estoques	10	(440)	-	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas		<u>(1.525)</u>	<u>67</u>	<u>(1.526)</u>	<u>67</u>
Prejuízo antes da provisão para imposto de renda e contribuição social		<u>(46.687)</u>	<u>(17.040)</u>	<u>(46.687)</u>	<u>(17.040)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do período		<u><u>(46.687)</u></u>	<u><u>(17.040)</u></u>	<u><u>(46.687)</u></u>	<u><u>(17.040)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízo do período	<u>(46.687)</u>	<u>(17.040)</u>	<u>(46.687)</u>	<u>(17.040)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(46.687)</u></u>	<u><u>(17.040)</u></u>	<u><u>(46.687)</u></u>	<u><u>(17.040)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros para expansão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011		1.497.135	221.157	15.579	(5.971)	1.727.900
Prejuízo do período		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.040)</u>	<u>(17.040)</u>
Saldos em 31 de março de 2012		<u>1.497.135</u>	<u>221.157</u>	<u>15.579</u>	<u>(23.011)</u>	<u>1.710.860</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		1.567.635	221.157	-	(53.644)	1.735.148
Prejuízo do período		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(46.687)</u>	<u>(46.687)</u>
Saldos em 31 de março de 2013		<u>1.567.635</u>	<u>221.157</u>	<u>-</u>	<u>(100.331)</u>	<u>1.688.461</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período:	(46.687)	(17.040)	(46.687)	(17.040)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	35.500	101	35.500	101
Valor residual de bens baixados do ativo imobilizado	-	(88)	-	(88)
Ativo biológico	(71.646)	-	(71.646)	-
Encargos financeiros - Juros e variação cambial	75.883	23.606	75.883	23.606
Provisão para riscos processuais	(24)	-	(24)	-
Resultado de equivalência patrimonial e lucro não realizado nos estoques	440	-	-	-
	<u>(6.534)</u>	<u>6.579</u>	<u>(6.974)</u>	<u>6.579</u>
Redução (aumento) em ativos				
Contas a receber de clientes	(27.056)	-	(94.758)	-
Estoques	(77.581)	537	(144.023)	537
Impostos a recuperar	(19.933)	(14.229)	(19.933)	(14.230)
Terras e terrenos	-	(456)	-	(456)
Adiantamento a fornecedores	3.406	(5.567)	3.406	(5.567)
Partes relacionadas	(150.946)	-	(7.036)	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	(15.808)	(305.338)	(15.995)	(305.578)
Aumento (redução) em passivos				
Fornecedores	(19.471)	86.522	(19.471)	86.522
Débitos com empresas ligadas	-	342.737	-	293
Outros passivos circulantes e não circulantes	<u>(49.773)</u>	<u>(64)</u>	<u>(49.430)</u>	<u>342.737</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(363.696)</u>	<u>110.721</u>	<u>(354.214)</u>	<u>110.837</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento em ativos biológicos	(91.945)	(55.359)	(91.945)	(58.500)
Adições no ativo imobilizado e intangível	(122.481)	(547.241)	(122.537)	(583.514)
Adições nos investimentos	<u>(14.535)</u>	<u>(1.142)</u>	<u>(1.178)</u>	<u>38.155</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>(228.961)</u>	<u>(603.742)</u>	<u>(215.660)</u>	<u>(603.859)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	215.065	764.095	215.065	764.095
Amortização de empréstimos e financiamentos	<u>(113.771)</u>	<u>(17.734)</u>	<u>(113.771)</u>	<u>(17.734)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>101.294</u>	<u>746.361</u>	<u>101.294</u>	<u>746.361</u>
Variação líquida no exercício	<u>(491.363)</u>	<u>253.340</u>	<u>(468.580)</u>	<u>253.339</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	593.883	1.900	595.799	1.975
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>102.520</u>	<u>255.240</u>	<u>127.219</u>	<u>255.314</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (nota 19)	181.384	38	130.065	38
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (nota 9)	85.020	88	85.019	88
Transferências relativas à construção de ativos próprios (nota 11)	118.898	74.544	118.898	74.544
	<u>385.302</u>	<u>74.670</u>	<u>333.982</u>	<u>74.670</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos, materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(273.200)	(41.879)	(222.010)	(41.879)
	<u>112.102</u>	<u>32.791</u>	<u>111.972</u>	<u>32.791</u>
Valor adicionado bruto				
Depreciação e amortização	(35.500)	(101)	(35.500)	(101)
	<u>76.602</u>	<u>32.690</u>	<u>76.472</u>	<u>32.690</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade				
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial e lucro não realizado nos estoques	(440)	-	-	-
Receitas financeiras	47.197	740	47.197	740
	<u>123.359</u>	<u>33.430</u>	<u>123.669</u>	<u>33.430</u>
Valor adicionado total a distribuir				
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta, Benefícios e FGTS	35.242	26.948	35.859	26.948
	<u>9.751</u>	<u>10.715</u>	<u>9.754</u>	<u>10.715</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	4.086	2.370	4.086	2.370
Estaduais	5.502	8.298	5.502	8.298
Municipais	163	47	166	47
	<u>125.053</u>	<u>12.807</u>	<u>124.743</u>	<u>12.807</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	121.565	387	121.216	387
Aluguéis	805	7.100	805	7.100
Outras	2.683	5.320	2.722	5.320
	<u>(46.687)</u>	<u>(17.040)</u>	<u>(46.687)</u>	<u>(17.040)</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido (prejuízo)	(46.687)	(17.040)	(46.687)	(17.040)
	<u>123.359</u>	<u>33.430</u>	<u>123.669</u>	<u>33.430</u>
Valor adicionado distribuído				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Eldorado Brasil Celulose S.A. (“Companhia” ou “Eldorado”) é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo registro foi obtido em 6 de junho de 2012 na categoria de ações negociadas em balcão, constituída sob as leis brasileiras com sede no município de Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul (Brasil). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período findo em 31 de março de 2013 abrangem a Companhia e suas controladas, controladas em conjunto, e investimentos em empresas coligadas (conjuntamente referidas como “o Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”). O Grupo tem como principal objeto social a produção de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia. A Companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas (MS) e iniciou sua produção em dezembro de 2012.

A Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante, no montante de R\$ 517.437 (R\$ 495.534 no Consolidado), em decorrência do início das operações ao final de 2012, encontrando-se neste exercício em fase de formação de seus estoques e de ajustes em seus processos produtivos e, portanto, o equilíbrio patrimonial e financeiro dos negócios da Companhia depende exclusivamente do aumento de suas atividades operacionais e da utilização integral de sua capacidade produtiva, o que irá ocorrer ao longo do próximo exercício.

Entidades do grupo

Subsidiárias relevantes	País	acionária	
		31/03/2013	31/12/2012
- Timber Holdings S.A.	Brasil	100%	100%
- Celulose Eldorado Áustria GmbH	Áustria	100%	100%
Controlada indireta			
- Eldorado USA Inc	Estados Unidos	100%	100%

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia, elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no CPC, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em reunião realizada em 14 de maio de 2013.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas.

i. Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade para obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis. A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; menos
- O montante líquido a valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes à extinção de relacionamentos preexistentes. Esses montantes são geralmente transferidos no resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, a que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada, e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

Base de consolidação

i. Controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. A Companhia possui investimento nas controladas Eldorado USA Inc., Celulose Eldorado Áustria GmbH e Timber Holding S.A. (100%).

ii. Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. As demonstrações contábeis consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida, após a realização de ajustes para alinhar as políticas contábeis da investida com aquelas do Grupo, a partir da data em que a influência significativa começa a existir até a data em que a influência significativa deixa de existir. Quando a participação do Grupo nos prejuízos de uma investida exceder sua participação acionária nessa entidade, o valor contábil do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial, incluindo qualquer participação de longo prazo que faz parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é descontinuado, exceto nos casos em que o Grupo tenha obrigações construtivas ou tenha efetuado pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

iv. *Estimativas contábeis*

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, sendo tais revisões reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para passivos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

v. *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Essas informações individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

vi. *Manutenção do capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

vii. *Segmentos operacionais*

De acordo com a IFRS 8/ CPC 22 - Informações por segmento, o relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

A Companhia apresentará apenas a abertura de suas atividades de produção de celulose iniciadas em dezembro de 2012, não havendo operações de produção de energia a ser reportadas até 31 de março de 2013.

3 *Resumo das principais práticas contábeis*

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados.

a. *Apuração do resultado*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Em conformidade com o Pronunciamento nº 30, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 30 - Receitas, a Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando, e somente quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança.
- ii. A Companhia tenha transferido para o comprador os riscos e os benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem.
- iii. É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e sua controlada.
- iv. A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens.
- v. As despesas incorridas ou a ser incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa com prazos de resgates inferiores a 90 dias da data da aplicação.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

d. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, é registrado pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão do ativo ou do passivo financeiro, com exceção de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, cujos custos de transação são diretamente lançados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

• ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como “mantido para negociação” e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e com a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são

reconhecidas no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são “caixa e equivalentes de caixa”.

- ***Empréstimos e recebíveis***

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os principais ativos que a Companhia possui classificados nesta categoria são: “Contas a receber” e “Saldos com partes relacionadas”.

- ***Mantidos até o vencimento***

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento (cotados em mercado ativo), então, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

- ***Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: “Empréstimos e financiamentos” e “Fornecedores”.

- ***Ativos financeiros disponíveis para venda***

São ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

- ***Redução ao valor recuperável de ativos financeiros***

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

• ***Instrumentos financeiros derivativos***

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifique para a contabilização de *hedge*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

e. **Ativos não circulantes mantidos para venda**

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda em vez do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados a valor justo. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data de classificação, e, após esse período, caso os critérios definidos pelo pronunciamento já não estiverem mais satisfeitos, o montante deve deixar de se classificar como ativo mantido para venda. Adicionalmente, não devem ser reclassificados ou reapresentados montantes divulgados de ativos não circulantes como mantidos para venda nos balanços de períodos anteriores para refletir a classificação no balanço do último período apresentado.

f. **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e/ou transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O custo da madeira, quando transferido dos ativos biológicos para os estoques, é seu valor justo menos as despesas de vendas apuradas na data do corte.

g. **Imobilizado**

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição e/ou formação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Seguem taxas anuais de depreciação:

Taxas de depreciação anual

Prédios e edificações	2,86%
Instalações e benfeitorias	2,81%
Móveis e utensílios	1,35%
Veículos	13,73%
Instrumentos técnico-científicos	13,12%
Equipamentos de informática	18,57%
Máquinas e equipamentos	3,79%

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em uma taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Um item do imobilizado é baixado após a alienação. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou na baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

h. Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e o plantio de florestas de eucalipto visando à produção de celulose utilizada na fabricação de papel. Os ativos biológicos são mensurados ao seu valor justo, incluindo eventuais ganhos e perdas, cujo impacto reflete na demonstração de resultado do exercício. De acordo com as análises e as perspectivas de engenheiros florestais, é realizada a mensuração do valor justo de florestas cultivadas com idade superior a três anos de vida, uma vez que em períodos anteriores a isto, além de não existir um mercado ativo, o valor justo e o custo propriamente aplicado em sua formação são praticamente os mesmos. Tal posicionamento está fundamentado na probabilidade de esses cultivos atingirem sua maturidade e na confiabilidade das premissas utilizadas a partir desse período de maturação.

i. Arrendamento operacional de terras

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

j. Intangível

i. Ativos intangíveis

São compostos, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado de acordo com o CPC 4 - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (perda no valor recuperável). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

ii. Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao valor justo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os valores de ágio determinados em cada transação são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com o respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

k. Redução ao valor recuperável

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil indefinida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente caso haja indicadores de perda de valor.

Ao fim de cada exercício, é feita uma revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável, exceto para o ágio. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

l. Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto de renda corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre lucro ou prejuízo tributável do exercício, taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto de renda diferido

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as diferenças temporárias a seguir.

O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete a contabilidade tampouco o lucro ou o prejuízo tributável.

Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia apresenta, quando aplicável, ativos e passivos a valor presente. Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazos são ajustados pelo seu valor presente. No entanto, o ajuste sobre os saldos de curto prazo ocorre quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

No cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia considera as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

q. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Legislação Societária Brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações contábeis apresentadas pela Companhia. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e a sua distribuição durante os períodos apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações contábeis.

r. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no Pronunciamento nº 3 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. A adoção destas novas normas, alterações e interpretações não geram efeitos significativos nas atuais demonstrações financeiras:

i. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob a IFRS 9 (2009), os ativos financeiros são classificados e mensurados com base no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. A IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração da IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*. A IFRS 9 (2010 e 2009) é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma. A Companhia não adotou esta norma antecipadamente.

ii. IFRS 10/CPC 36(R3) - Demonstrações contábeis Consolidadas, IFRS 11/CPC 19(R2) - Negócios em conjunto e IFRS 12/CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 10/CPC 36(R2) introduz um modelo de controle único para determinar se um investimento deveria ser consolidado.

De acordo com a IFRS 11/CPC 19(R2), a estrutura de um negócio em conjunto, embora ainda seja uma consideração importante, não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio em conjunto e, conseqüentemente, da contabilização subsequente.

A IFRS 12/CPC 45 consolida em uma única norma todos os requerimentos de divulgação sobre a participação de uma entidade em controladas, negócios em conjunto, coligadas e entidades estruturadas não consolidadas. A IFRS 12/CPC 45 requer a divulgação da informação sobre a natureza, os riscos e os efeitos financeiros dessas participações.

Essas normas são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A adoção dessas IFRS não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados para o trimestre corrente e exercício anterior.

iii. IFRS 13/CPC 46 - Mensuração do valor justo

A IFRS 13/CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outras IFRS. Sujeita a exceções limitadas, a IFRS 13/CPC 46 aplica-se quando a mensuração ou as divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRS. O Grupo está atualmente revisando sua metodologia de determinação de valor justo. A IFRS 13/CPC 46 é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A adoção da referida IFRS não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados para o trimestre corrente e exercício anterior.

iv. Alterações ao IAS 01/CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras

As alterações introduzem o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas. A adoção da referida IFRS não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados para o trimestre corrente e exercício anterior.

v. Alterações ao IAS 19/CPC33(R1) - Benefícios a empregados

O IAS 19 (2011)/CPC 33 (R1) altera a definição de benefícios de curto e longo prazos para clarificar a distinção entre os dois. Para planos de benefício definido, a remoção da escolha de política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais não deve ter impacto no Grupo. O IAS 19 (2011)/CPC 33 (R1) é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A adoção da referida IFRS não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados para o trimestre corrente e exercício anterior.

vi. IAS 28 - (Revisada 2011) Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado

Como consequência das recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras separadas. A adoção da referida IFRS não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados para o trimestre corrente e exercício anterior.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Disponibilidades	4	2	4	2
Bancos - Depósitos à vista	2.085	313.336	26.784	315.250
Bancos - Aplicações financeiras	100.431	280.545	100.431	280.547
	102.520	593.883	127.219	595.799

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos se aproxima da rentabilidade do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Por ter liquidez imediata, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Vale ressaltar que o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras. O rendimento médio aproximado no período foi de 0,52% a.m., totalizando R\$ 2.687 no trimestre (R\$ 21.851 no exercício de 2012).

5 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado estão a seguir apresentados:

Ativo	Modalidade		Controladora		Consolidado	
			31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Circulante						
Rishis	Mútuo	(i)	6.323	-	6.323	-
Eldorado Áustria	Venda		127.568	-	-	-
Eldorado USA	Venda		16.342	-	-	-
			150.233	-	6.323	-
Não circulante						
J&F Participações (nota 5)	Mútuo	(ii)	41.718	41.005	41.718	41.005
			41.718	41.005	41.718	41.005
			Controladora		Consolidado	
			31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Resultado						
Eldorado Áustria	Venda de celulose		126.626	-	-	-
Eldorado USA	Venda de celulose		13.395	-	-	-
			140.021	-	-	-

- (i) Mútuo de adiantamentos para obtenção de concessão conforme descrito na nota 10.
- (ii) Venda de imóveis rurais denominados “Fazendas Florágua” com vencimento previsto para setembro de 2014 e maio de 2016, remunerados a taxas de mercado de 9% a.a. (R\$ 14.553) e 8,5% a.a. (R\$ 25.000), respectivamente, com bônus de adimplência de 15% sobre a parcela de juros devida (R\$ 1.234). A variação da conta reflete o acúmulo e o respectivo pagamento dos juros do período.

5.1 Remuneração dos dirigentes

A despesa de remuneração do pessoal-chave da Administração inclui conselheiros e diretores, representados por dez membros na controladora e no consolidado, apresentando-se nos seguintes montantes para o período de três meses acumulados findos em:

	31/03/2013	31/03/2012
Benefícios de empregados de curto prazo (a)	1.825	191

- (a) Compreende a: remuneração, assistência médica e outros.

Todos os diretores são parte de contrato de trabalho no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Não contemplam as remunerações nenhuma participação nos resultados da Companhia ou outros benefícios corporativos adicionais aos empregados ou que se estendam aos familiares.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R1) - Apresentação de Partes Relacionadas, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração não são partes de contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

6 Estoques

Os estoques, registrados ao custo médio de aquisição, são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Mudas	2.702	2.913	2.702	2.913
Matéria-prima (madeira para produção)	139.203	120.600	139.203	118.959
Celulose	93.082	42.751	162.472	47.340
Insumos	20.696	6.867	20.696	6.867
Almoxarifados	40.497	27.458	40.497	27.458
	<u>296.180</u>	<u>200.589</u>	<u>365.570</u>	<u>203.537</u>

7 Impostos a recuperar

	Controladora e consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
ICMS (i)	51.047	44.894
PIS e COFINS (ii)	249.921	236.862
IPI	171	42
ISS	39	39
IRRF (iii)	2.929	2.337
	304.107	284.174
Desmembramento		
Ativo circulante	52.776	33.434
Ativo não circulante	251.331	250.740
	304.107	284.174

i. ICMS

A Companhia possui saldo de ICMS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, de créditos por aquisição de imobilizado para implantação de sua unidade localizada em Três Lagoas (MS). A Administração da Companhia vem priorizando uma série de ações no sentido de maximizar a utilização desses créditos e, atualmente, não são esperados prejuízos na sua realização. Entre as ações mantidas pela Administração, destaca-se a expectativa de realização desses créditos através do incremento das vendas de celulose para o mercado interno.

ii. PIS E COFINS

Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS por aquisição de imobilizado em decorrência da finalização da construção de sua planta industrial colocada em operação ao final do exercício de 2012. Este montante refere-se a créditos incidentes sobre aquisições de equipamentos e de prestação de serviços, os quais são realizáveis mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre vendas no mercado interno e com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

iii. IRRF

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

Realização dos créditos de impostos

A Administração da Companhia vem priorizando uma série de ações no sentido de maximizar a utilização desses créditos e, atualmente, não são esperados prejuízos em sua realização.

8 Adiantamento a fornecedores

	Controladora e consolidado	
	31/03/13	31/12/12
Compra de madeira para entrega futura circulante	52.230	55.636
Compra de madeira para entrega futura não circulante	54.805	54.805
	113.358	110.441

Referem-se a adiantamentos efetuados aos fornecedores de madeira, em conformidade com contratos de compra para entrega futura, cuja exigibilidade ocorrerá quando do recebimento físico da madeira. A liquidação desses adiantamentos será com base no valor da madeira recebida. Especialistas da Companhia avaliam e acompanham o desenvolvimento das florestas, visando a mitigar riscos associados ao cumprimento do contrato. Não existem instrumentos derivativos nestas operações de compras de madeira, uma vez que os respectivos contratos foram fechados com preços definidos para o volume de madeira a ser fornecido.

9 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados por florestas de eucalipto em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para produção de celulose, em áreas localizadas no Estado do Mato Grosso do Sul.

Os saldos contábeis no início e no final do exercício são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
No início do período	611.881	371.350	615.022	374.491
Movimentação do valor justo de ativo biológico líquido das despesas de venda	71.646	15.989	71.646	15.989
Corte da floresta para estoque	(18.010)	(10.407)	(18.010)	(10.407)
Custo aplicado na formação	91.945	234.949	91.945	234.949
Total do ativo biológico	757.462	611.881	760.603	615.022

Atualmente, a Companhia possui uma área produtiva de 128.221 ha (113.019 ha em 2012), sendo 22.925 ha de áreas próprias (22.951 ha em 2012) e 105.296 ha de áreas contratadas (90.068 ha em 2012) por arrendamentos e parcerias, desconsiderando, entre outros, as áreas de preservação permanente e de reserva legal, visando ao atendimento à legislação ambiental vigente. A área avaliada que atende às premissas para a valorização do ativo biológico em 31 de março de 2013 foi de 49.121 ha (35.594 ha em 31 de dezembro de 2012), a qual resulta de uma atualização do valor justo em R\$ 71.646.

O processo de colheita e replantio (única extração) tem um ciclo aproximado de sete anos, variável com base na cultura e no material genético a que se refere.

A Companhia não tem como procedimento efetuar seguros para as florestas em pé, devido à inviabilidade do valor praticado pelas seguradoras. Para evitar possíveis perdas do ativo biológico, a Companhia possui diversos programas de prevenção de perdas, como:

- Torres de observação;
- Monitoramento constante em fronteiras;
- Equipes com treinamento especializado em combate a incêndio;
- Monitoramento do processo de transporte de madeira.

Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Atendendo ao IAS 41/CPC 29, a Companhia, para reconhecer seus ativos biológicos a valor justo, seguiu as seguintes premissas em suas apurações:

- i. Foram mantidas a custo histórico de formação as florestas de eucalipto até o terceiro ano de plantio, uma vez que o valor justo e o custo são praticamente os mesmos ao longo desse período;
- ii. As florestas de eucalipto, após o terceiro ano de plantio, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo diminuído das despesas com vendas necessárias para disponibilizar o produto para venda ou consumo;
- iii. O método de mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado para um ciclo de corte médio entre seis e sete anos, considerando uma média de preços e um crescimento dos ativos biológicos;
- iv. A taxa de desconto utilizada e aplicada no fluxo de caixa corresponde a 4,5%, o que reflete as expectativas da Companhia tanto no retorno como nas captações para investimentos;
- v. Os volumes de produtividade das florestas são determinados com base na colheita e na idade, e estão compostos dentro de um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual) expresso em metros cúbicos por hectare/ano, utilizado como base na projeção de produtividade. A média de 41 m³/hectare do mercado local foi utilizada como base para o cálculo;
- vi. Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/m³, são obtidos através de pesquisas de preços de mercado, divulgados por instituição confiável e idônea. O preço líquido médio de venda considerado foi de R\$ 55,69/m³ (R\$ 53,61/m³ em 2012) e foi projetado com base no preço estimado para eucalipto no mercado local;
- vii. O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de matocompetição, combate a formigas e outras pragas, adubamento, manutenção de estradas, insumos e serviços de mão de obra;
- viii. A Companhia decidiu por efetuar a reavaliação do seu ativo biológico semestralmente (junho e dezembro) por entender que esse período é suficiente para demonstrar o aumento dos hectares plantados há mais de três anos de forma que o saldo do ativo biológico ajustado não tenha defasagem;

- ix. A Companhia não possui ativos biológicos que envolvam riscos financeiros e/ou ativos biológicos dados em garantia ao longo do período encerrado em 31 de março de 2013.

10 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Controladora				
Investimento em controlada	54.570	41.653	-	-
Outros investimentos	26.226	25.048	26.226	25.048
Ágio com investimento em controladas	10.211	10.211	-	-
	91.007	76.912	26.226	25.048

Informações relevantes sobre as controladas em 31 de março de 2013

Investimentos em Controladas

Em milhares de Reais

	Ano	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo líquido	Receita	Despesas	Lucro ou prejuízo	Participação do grupo nos ativos líquidos	Valor total	Lucro não realizado nos estoques	Valor contábil	Participação do grupo nos lucros/prejuízos
	2011																
Timber Holdings S.A.	31 de dezembro	100%	315	39.414	39.729	34	324	358	39.371	7	(124)	(117)	39.371	39.371	-	39.371	(117)
			<u>315</u>	<u>39.414</u>	<u>39.729</u>	<u>34</u>	<u>324</u>	<u>358</u>	<u>39.371</u>	<u>7</u>	<u>(124)</u>	<u>(117)</u>	<u>39.371</u>	<u>39.371</u>	<u>-</u>	<u>39.371</u>	<u>(117)</u>
	2012																
Timber Holdings S.A.	31 de dezembro	100%	315	39.414	39.729	34	325	359	39.370	-	(1)	(1)	39.370	39.370	-	39.370	(1)
Cellulose Eldorado Austria Gmbh	31 de dezembro	100%	2.357	897	3.254	971	-	971	2.283	1.068	(903)	165	2.283	2.283	1.622	3.905	1.787
			<u>2.672</u>	<u>40.311</u>	<u>42.983</u>	<u>1.005</u>	<u>325</u>	<u>1.330</u>	<u>41.653</u>	<u>1.068</u>	<u>(904)</u>	<u>164</u>	<u>41.653</u>	<u>41.653</u>	<u>1.622</u>	<u>43.275</u>	<u>1.786</u>
	31/03/2013																
Timber Holdings S.A.	31 de dezembro	100%	315	39.414	39.729	34	325	359	39.370	-	-	-	39.370	39.370	-	39.370	-
Cellulose Eldorado Austria Gmbh	31 de dezembro	100%	143.629	6.564	150.193	128.192	-	128.192	22.001	82.679	(76.318)	6.361	22.001	22.001	(6.801)	15.200	6.361
			<u>143.944</u>	<u>45.978</u>	<u>189.922</u>	<u>128.226</u>	<u>325</u>	<u>128.551</u>	<u>61.371</u>	<u>82.679</u>	<u>(76.318)</u>	<u>6.361</u>	<u>61.371</u>	<u>61.371</u>	<u>(6.801)</u>	<u>54.570</u>	<u>6.361</u>

Controladas

Timber Holdings

A Timber Holdings S.A. é detentora da posse de terras e florestas de eucalipto, e foi adquirida com o objetivo de compor a base florestal necessária para o suprimento de madeira para a fábrica de celulose.

O ágio é atribuído à expectativa de rentabilidade futura, oriunda, principalmente, da perspectiva de produtividade das áreas adquiridas superior às demais áreas de propriedade da empresa e da redução de custo de transporte da madeira, relacionado à distância entre áreas adquiridas e a fábrica da Eldorado, entre outros.

Início das operações no exterior

Conforme inicialmente previsto pela Companhia, em 2012, foram abertas duas unidades estrategicamente localizadas no exterior, denominadas Eldorado USA Inc. (Estados Unidos) e Cellulose Eldorado Austria GmbH (Áustria) que visam ao atendimento definido como demanda através dos contratos já firmados e, também, à prospecção de novas contas de atendimento para vendas no exterior.

Em continuidade à expansão da presença da Companhia no mercado externo, em 2013, foram abertos dois escritórios comerciais, sendo um em Changai, na China, e outro em Baar, na Suíça.

Outros investimentos

Investimento na Rishis Empreendimentos e Participações S.A.

A Rishis é uma sociedade voltada, entre outras atividades, à exploração de armazéns alfandegados, terminais e à prestação de serviços de “operador portuário”, sendo arrendatária de armazéns externos localizados na margem direita do Porto de Santos, totalizando uma área de, aproximadamente, 12.000 m².

A Companhia adquiriu um bônus de subscrição com direito à subscrição de 517.647 ações ordinárias, representativas de 46,32% do capital social votante da Rishis, com prêmio de emissão no valor de R\$ 9.000 e preço de exercício no valor fixo de R\$ 13.500, cujo direito foi exercido e será pago em até 36 parcelas mensais. Do direito exercido, foram subscritas 279.569 ações da Rishis e, conseqüentemente, foram integralizados R\$ 7.299 no capital social realizado da Rishis.

A Eldorado firmou um Acordo de Investimentos e Outras Avenças com os acionistas da Rishis, o qual, caso sejam cumpridas as condições de renovação da concessão precedentes estabelecidas no contrato, obriga os atuais controladores da Rishis a transferir o controle da Companhia pelo valor total de R\$ 84.650, atualizado pelo IPCA até a data de seu efetivo pagamento. Essa operação está garantida por notas promissórias em caráter *pro soluto*, no valor total de R\$ 89.150, atualizadas pelo IPCA.

Ao concluir a operação acima mencionada, a área total da Rishis passará dos atuais 12.000 m² para aproximadamente 29.000 m². O contrato prevê o cancelamento da operação caso a Administração da Rishis não atenda ao Acordo de Investimentos.

A Administração da Companhia busca, com essa transação, um ganho operacional logístico, aumentando a competitividade da Companhia na exportação de celulose.

11 Imobilizado

Controladora 2013 - 1º trimestre

	Taxas ponderadas anuais de depreciação e amortização	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/03/2013
Terra nua e terrenos	-	359.628	-	359.628
Prédios e edificações	2,86%	903.864	(13.995)	889.869
Instalações e benfeitorias	2,81%	147.414	(1.423)	145.991
Móveis e utensílios	1,35%	4.365	(314)	4.051
Veículos	13,73%	15.729	(8.840)	6.889
Instrumentos técnico-científicos	13,12%	2.667	(964)	1.703
Equipamentos de informática	18,57%	47.560	(2.892)	44.668
Máquinas e equipamentos	3,79%	3.024.957	(50.402)	2.974.555
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	-	608.774	-	608.774
		<u>5.114.958</u>	<u>(78.830)</u>	<u>5.036.128</u>

Controladora 2012

	Taxas ponderadas anuais de depreciação e amortização	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2012
Terra nua e terrenos	-	359.628	-	359.628
Prédios e edificações	2,86%	910.193	(7.676)	902.517
Instalações e benfeitorias	2,81%	135.125	(401)	134.724
Móveis e utensílios	1,35%	4.123	(233)	3.890
Veículos	13,73%	15.468	(8.300)	7.168
Instrumentos técnico-científicos	13,12%	2.146	(833)	1.313
Equipamentos de informática	18,57%	17.563	(1.358)	16.205
Máquinas e equipamentos	3,79%	2.786.301	(24.652)	2.761.649
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	-	762.366	-	762.366
		<u>4.992.913</u>	<u>(43.453)</u>	<u>4.949.460</u>

Consolidado 2013 - 1º trimestre

	Taxas ponderadas anuais de depreciação e amortização	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/03/2013
Terra nua e terrenos	-	395.901	-	395.901
Prédios e edificações	2,86%	903.864	(13.995)	889.869
Instalações e benfeitorias	2,81%	147.414	(1.423)	145.991
Móveis e utensílios	1,35%	4.365	(314)	4.051
Veículos	13,73%	15.729	(8.840)	6.889
Instrumentos técnico-científicos	13,12%	2.667	(964)	1.703
Equipamentos de informática	18,57%	47.560	(2.892)	44.668
Máquinas e equipamentos	3,79%	3.024.957	(50.402)	2.974.555
Adiantamentos para imobilização	-	609.151	-	609.151
		<u>5.151.608</u>	<u>(78.830)</u>	<u>5.072.778</u>

Consolidado 2012

	Taxas ponderadas anuais de depreciação e amortização	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2012
Terra nua e terrenos	-	395.901	-	395.901
Prédios e edificações	2,86%	910.193	(7.676)	902.517
Instalações e benfeitorias	2,81%	135.125	(401)	134.724
Móveis e utensílios	1,35%	4.123	(233)	3.890
Veículos	13,73%	15.468	(8.300)	7.168
Instrumentos técnico-científicos	13,12%	2.146	(833)	1.313
Equipamentos de informática	18,57%	17.563	(1.358)	16.205
Máquinas e equipamentos	3,79%	2.786.301	(24.652)	2.761.649
Adiantamentos para imobilização	-	762.687	-	762.687
		<u>5.029.507</u>	<u>(43.453)</u>	<u>4.986.054</u>

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora

Movimentação	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de juros	Depreciação	Saldo em 31/03/2013
Terra nua e terrenos	359.628	-	-	-	-	-	359.628
Prédios e edificações	902.517	-	-	45.662	-	(6.319)	941.860
Instalações e benfeitorias	134.724	-	-	4.689	-	(1.022)	138.391
Móveis e utensílios	3.890	23	-	-	-	(81)	3.832
Veículos	7.168	-	-	(6)	-	(540)	6.622
Instrumento técnico-científico	1.313	-	-	397	-	(81)	1.629
Equipamentos de informática	16.205	1.063	-	28.018	-	(1.533)	43.753
Máquinas e equipamentos	2.761.649	2.010	-	230.455	-	(25.750)	2.968.364
Obras em andamento e adiantamentos para imobilização	762.366	118.898	-	(309.215)	-	-	572.049
	<u>4.949.460</u>	<u>121.994</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(35.326)</u>	<u>5.036.128</u>

Movimentação	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de juros	Depreciação	Saldo em 31/12/2012
Terra nua e terrenos	53.682	-	-	305.946	-	-	359.628
Prédios e edificações	19.299	-	-	818.024	68.820	(3.626)	902.517
Instalações e benfeitorias	84	-	-	134.995	-	(355)	134.724
Móveis e utensílios	587	177	-	3.226	-	(100)	3.890
Veículos	8.527	1.769	(143)	(62)	-	(2.923)	7.168
Instrumento técnico-científico	869	1	-	723	-	(280)	1.313
Equipamentos de informática	1.735	926	-	13.859	-	(315)	16.205
Máquinas e equipamentos	17.195	141.466	-	2.411.540	206.460	(15.012)	2.761.649
Obras em andamento e adiantamentos para imobilização	1.981.765	2.438.186	-	(3.382.305)	(275.280)	-	762.366
	<u>2.083.743</u>	<u>2.582.525</u>	<u>(143)</u>	<u>305.946</u>	<u>-</u>	<u>(22.611)</u>	<u>4.949.460</u>

Consolidado

Movimentação	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de juros	Depreciação	Saldo em 31/03/2013
Terra nua e terrenos	395.901	-	-	-	-	-	395.901
Prédios e edificações	902.517	-	-	45.662	-	(6.319)	941.860
Instalações e benfeitorias	134.724	-	-	4.689	-	(1.022)	138.391
Móveis e utensílios	3.890	23	-	-	-	(81)	3.832
Veículos	7.168	-	-	(6)	-	(540)	6.622
Instrumento técnico-científico	1.313	-	-	397	-	(81)	1.629
Equipamentos de informática	16.205	1.063	-	28.018	-	(1.533)	43.753
Máquinas e equipamentos	2.761.649	2.010	-	230.455	-	(25.750)	2.968.364
Obras em andamento e adiantamentos para imobilização	762.687	118.954	-	(309.215)	-	-	572.426
	4.986.054	122.050	-	-	-	(35.326)	5.072.778

Movimentação	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização de juros	Depreciação	Saldo em 31/12/2012
Terra nua e terrenos	89.955	-	-	305.946	-	-	395.901
Prédios e edificações	19.299	-	-	818.024	68.820	(3.626)	902.517
Instalações e Benfeitorias	84	-	-	134.995	-	(355)	134.724
Móveis e utensílios	587	177	-	3.226	-	(100)	3.890
Veículos	8.527	1.769	(143)	(62)	-	(2.923)	7.168
Instrumento técnico-científico	869	1	-	723	-	(280)	1.313
Equipamentos de informática	1.735	926	-	13.859	-	(315)	16.205
Máquinas e equipamentos	17.195	141.466	-	2.411.540	206.460	(15.012)	2.761.649
Obras em andamento e adiantamentos para imobilização	1.981.765	2.438.507	-	(3.382.305)	(275.280)	-	762.687
	2.120.016	2.582.846	(143)	305.946	-	(22.611)	4.986.054

Obras em andamento e adiantamentos para imobilização

As obras em andamento referem-se, principalmente, à movimentação da construção de sua planta industrial em Três Lagoas, preponderantemente, através de pagamentos efetuados a fornecedores de equipamentos e serviços em atendimento às condições previstas em contratos firmados para a execução do projeto da fábrica. Os montantes em aberto como obras em andamento, bem como adiantamentos para imobilização em 31 de março de 2013, são relacionados às melhorias estruturais para a planta e seu entorno, investimentos na parte logística ferroviária (vagões e locomotiva), reformas na área portuária da própria planta, do porto de Pederneiras e do porto de Santos, para atendimento do planejamento logístico da Companhia de escoamento através da subida do Rio Tietê até Pederneiras, posteriormente, através de ferrovias para o porto de Santos. Os ativos da Companhia são dados em garantia aos seus empréstimos e financiamentos até o limite máximo de cada uma das dívidas assumidas (Nota 14).

Revisão da vida útil

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou a revisão da vida útil dos ativos imobilizados, através da contratação de empresa especializada. A partir do início das operações da planta, as novas aquisições e/ou construções são registradas com sua perspectiva de vida útil estimada. Anualmente, a vida útil de todos os ativos imobilizados é revisada e, quando aplicável, alterada.

Teste de valor recuperável - Imobilizado

A Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis em 31 de dezembro de 2012, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao

valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do exercício, não houve evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda na recuperação desses ativos são destacados em nota explicativa, quando relevantes.

Capitalização de juros - Custos dos empréstimos

De acordo com as premissas estabelecidas pelo CPC 20 - Custos dos empréstimos, a Companhia realizou a capitalização dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, os quais estão representados exclusivamente por obras em andamento.

Os custos de empréstimos alocados aos ativos qualificáveis ocorreram ao longo do exercício de 2012 (até 12 de dezembro de 2012, data em que a planta entrou em operação) e estão apresentados a seguir:

	Consolidado
	31/12/12
Obras em andamento	<u>3.382.305</u>
(+) Custos de empréstimos capitalizados em 2011	83.983
(+) Custos de empréstimos capitalizados em 2012	<u>191.297</u>
	<u>275.280</u>
	<u><u>3.657.585</u></u>

No trimestre findo em 31 de março de 2013 não foram realizadas capitalizações de custos dos empréstimos.

As taxas de capitalização utilizadas na determinação do custo dos empréstimos elegíveis foram as seguintes:

Empréstimos elegíveis	Taxa média anual dos juros	Juros capitalizados
Financiamentos bancários	Juros de 0,34% a 1,60% a.m	127.619
Empréstimos com sócios	CDI + juros de 0,5% a 1% a.m	<u>147.661</u>
		<u><u>275.280</u></u>

Todos os custos capitalizáveis foram originados de empréstimos específicos para a construção de ativos qualificáveis até a data em que a planta foi colocada em operação.

12 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Ágio	-	-	10.211	10.211
Software de informática	<u>2.778</u>	<u>2.465</u>	<u>2.778</u>	<u>2.465</u>
	<u>2.778</u>	<u>2.465</u>	<u>12.989</u>	<u>12.676</u>
Controladora 2013				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/03/13
Software de informática	15%	<u>3.833</u>	<u>(1.055)</u>	<u>2.778</u>
		<u>3.833</u>	<u>(1.055)</u>	<u>2.778</u>
Controladora 2012				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/12
Software de informática	15%	<u>3.346</u>	<u>(881)</u>	<u>2.465</u>
		<u>3.346</u>	<u>(881)</u>	<u>2.465</u>
Consolidado 2013				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/03/13
Ágio	-	10.211	-	10.211
Software de informática	15%	<u>3.833</u>	<u>(1.055)</u>	<u>2.778</u>
		<u>14.044</u>	<u>(1.055)</u>	<u>12.989</u>
Consolidado 2012				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/12
Ágio	-	10.211	-	10.211
Software de informática	15%	<u>3.346</u>	<u>(881)</u>	<u>2.465</u>
		<u>13.557</u>	<u>(881)</u>	<u>12.676</u>

Movimentação do ativo intangível

Controladora	31/12/2012	Adições	Amortização	Transferência	31/03/2013
<i>Software</i> de informática	2.465	487	(174)	-	2.778
	<u>2.465</u>	<u>487</u>	<u>(174)</u>	<u>-</u>	<u>2.778</u>
Consolidado	31/12/2011	Adições	Amortização	Transferência	31/03/2013
Ágio	10.211	-	-		10.211
<i>Software</i> de informática	2.465	487	(174)	-	2.778
	<u>12.676</u>	<u>487</u>	<u>(174)</u>	<u>-</u>	<u>12.989</u>

Detalhamento do ágio

No Consolidado - Registrado como intangível

Ágio em decorrência da aquisição de 100% das ações e capital votante da Timber Holdings S.A. em setembro de 2011, tendo apurado um ágio de R\$ 10.211, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

Teste de valor recuperável - Intangível

A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2012 a recuperação do valor contábil dos ágios, utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativos dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis registrados na Companhia.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento de receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia em 31 de dezembro de 2012, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações contábeis, perspectivas de crescimento à época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o período, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

13 Fornecedores

	Controladora e consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Materiais e serviços	246.965	301.032
Insumos	74.501	40.895
Outros	1.082	92
	322.548	342.019

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora e consolidado	
		31/03/2013	31/12/2012
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado			
FINAME - Financiamentos a empreendimentos	Juros médios de 4,5% a 8,75% a.a.	10.485	12.665
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio (i)	Variação cambial +juros	299.472	108.728
Cédulas de créditos bancários (ii)	CDI + juros de 0,45% a 0,65% a.m.	440.288	503.908
BNDES - Subcrédito C, H e L (iii)	Cesta de moedas + juros 4,52% a.a.	611.121	620.427
BNDES - Subcrédito A (iii)	TJLP + juros de 3,32% a.a.	500.522	500.390
BNDES - Subcrédito B (iii)	Cesta de moedas + juros 3,32% a.a.	718.175	729.065
BNDES - Subcrédito G (iii)	TJLP +2,92% a.a.	137.220	137.186
BNDES - Subcrédito D, E, F, J e I (iii)	TJLP + Variação cambial + juros de 1,4% a 3%	299.057	298.017
BNDES - Subcrédito K (iii)	TJLP	2.077	1.644
ECAs (iv)	Variação cambial + juros 2,8% a 5,69% a.a.	749.358	721.750
Debêntures (primeira emissão) (v)	110% do CDI	14.060	15.600
Debêntures (segunda emissão) (vi)	IPCA + 7,41% a.a.	982.951	940.000
FCO - Fundo para o Financiamento do Centro-Oeste (vii)	Juros de 8,5% a 9% a.a.	66.151	64.833
Leasing Arrendamento Mercantil	1,6% a.m.	58	155
Caterpillar Financeira (viii)	Variação cambial + 5.74 a.a	33.927	33.377
		4.864.922	4.687.745
Controladora e consolidado			
		31/03/2013	31/12/2012
Desmembramento			
Passivo circulante		836.563	628.613
Passivo não circulante - Outros		4.028.359	4.059.132
		4.864.922	4.687.745

	Controladora e consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
O vencimento do passivo não circulante ocorrerá em:		
2014	54.898	106.100
2015	394.048	376.970
2016	430.855	394.434
2017	426.321	394.265
A partir de 2018	2.722.237	2.787.363
	4.028.359	4.059.132

14.1 Linhas de crédito da Companhia

- (i) Financiamento do capital de giro por meio de ACCs (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio) com os bancos Bic, Pine, Cargill, Bradesco e BNP Paribas.
- (ii) Os financiamentos referem-se a cédulas de crédito bancário das instituições financeiras: Banco BIC, Brickell, Banco do Brasil e Banco Panamericano, garantida pela J&F Investimentos S.A.
- (iii) Captações com o BNDES: Em 22 de julho de 2011, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), com aditivos celebrados em 5 de março e 10 de agosto de 2012, no valor total de R\$ 2,7 bilhões, para a construção da fábrica de papel e celulose, incluindo a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e implantação do sistema de programa de investimentos sociais no âmbito da comunidade em áreas de influência da fábrica (“Projeto”). Assim, entre março de 2012 e março de 2013, o BNDES confirmou a eficácia do referido contrato através de liberações, as quais deverão ser pagas em 90 parcelas com início de pagamento em janeiro de 2015.
- (iv) Contratos de financiamento com as Agências de Crédito à Exportação (ECAs - Export Credit Agencies), liberados em 28 de dezembro de 2012, com amortização em 19 parcelas semestrais, a partir de novembro de 2013 até novembro de 2022, com taxas de juros e variação cambial USD compostas pelas seguintes Agências: Finnvera, valor de R\$ 433.185 à taxa de 3,1% a.a., equivalente a USD 212.486, e R\$ 114.017 à taxa de 5,69% a.a., equivalente a USD55.922, EKN valor de R\$ 195.608 à taxa de 2,8% a.a., equivalente a USD 95.926, e Oekb valor de R\$ 177.241 à taxa de 5,69% a.a., equivalente a USD 86.919.
- (v) Em 20 de agosto de 2012, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única para colocação privada, portanto dispensada do registro na CVM, com juros remuneratórios de 110% CDI a.a. As debêntures foram integralmente distribuídas em 29 de novembro de 2012.
- (vi) Em 1º de dezembro de 2012, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples totalmente subscritas pelo FI-FGTS, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, com atualização monetária pelo IPCA, mais juros remuneratórios de 7,41% a.a. As debêntures foram integralmente distribuídas em 17 de dezembro de 2012.

- (vii) Contratos de financiamentos de FCO - Fundo para o Financiamento do Centro-Oeste, com o Banco do Brasil, com valores e vencimentos a seguir: R\$ 14.481, vencimento em 2014; R\$ 25.000, vencimento em 2016; e R\$ 23.086, vencimento em 2017, garantidos por propriedades (fazendas) até o limite da dívida assumida.
- (viii) Notas promissórias denominadas em dólar para financiamento da compra de locomotivas, com amortização semestral a partir de 2014 até 2020.

14.2 Restrições contratuais e covenants

Os contratos de financiamentos, ECAs e debêntures firmados pela Companhia destinados à implantação de seu complexo industrial e correspondente estrutura logística contêm garantias através de ativos imobilizados até o limite das respectivas dívidas, bem como restrições financeiras (*financial covenants*) usualmente aplicáveis às referidas modalidades de longo prazo. Tais compromissos preveem que os testes de cumprimento das condições somente ocorrerão a partir do encerramento do ano fiscal de 2014.

15 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Salários e encargos sociais	32.756	47.615	32.756	47.647
Provisões e encargos	13.372	10.409	13.372	10.409
Obrigações fiscais	795	6.203	795	6.203
Outros	15	12	15	14
	46.938	64.239	46.938	64.273

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou prejuízo contábil que, ajustado com as despesas e receitas não permitidas pela legislação tributária para o cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido, apresenta prejuízo fiscal para o período de 2013 e que somado ao prejuízo fiscal acumulado em 2012 totaliza R\$ 182.585 (R\$ 65.132 em 2012).

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:	31/03/2013	31/03/2012
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(46.687)	(17.040)
Taxa nominal	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) com imposto de renda e contribuição social	15.874	5.794
Base de imposto de renda e contribuição social (prejuízo fiscal)	-	-
Imposto de renda corrente	-	-
Imposto de renda diferido	-	-

Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:	31/03/2013	31/12/2012
Saldo inicial	-	(8.191)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos - Alíquota de 34% sobre valorização do ativo biológico	(24.360)	(5.436)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa até o limite do passivo	24.360	13.627
Resultado final de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(8.191)
Saldo do balanço patrimonial final de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-

Em decorrência da fase inicial de operações, a Companhia não apresentou despesas com imposto de renda e contribuição social no resultado findo em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, no entanto reconhece imposto de renda e contribuição social diferido ativo, sobre seu prejuízo fiscal e base negativa, até o limite do seu passivo fiscal diferido.

17 Provisão para riscos processuais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nessa avaliação, as seguintes provisões foram efetuadas:

	Controladora e consolidado						
	31/12/2011	Adições	Exclusão	31/12/2012	Adições	Exclusão	31/03/2013
Cíveis	104	907	(104)	907	-	(24)	883
Trabalhistas	-	1.103	-	1.103	-	-	1.103
	<u>104</u>	<u>2.010</u>	<u>(104)</u>	<u>2.010</u>	<u>-</u>	<u>(24)</u>	<u>1.986</u>

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía em andamento outros processos, no montante de aproximadamente R\$ 8.079 (R\$ 4.540 em 31 de dezembro de 2012), referentes basicamente a processos trabalhistas pulverizados, sendo, na avaliação dos assessores jurídicos, a perda considerada possível, mas não provável. Para esses processos, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda, em consonância ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital social realizado
Saldos em 31 de março de 2013	<u>1.788.792</u>	<u>(221.157)</u>	<u>1.567.635</u>

Em 20 de agosto de 2012, o capital subscrito passou de R\$ 1.718.291.903,18 (1.495.274.914 ações) para R\$ 1.788.791.903,18 (1.525.558.419 ações), aumentando assim o capital social em R\$ 70.500.000, realizado mediante a emissão de 30.283.505 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ato registrado na JUCESP sob o número 3530044472-8.

	Quantidade de ações
Total de ações em 31/12/2011	<u>1.495.274.914</u>
Subscrição de capital social	<u>30.283.505</u>
Total de ações em 31/12/2012	<u>1.525.558.419</u>
Total de ações em 31/03/2013	<u>1.525.558.419</u>

18.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 29 de novembro de 2011, a controladora J&F firmou com a Eldorado um instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), no montante de R\$ 221.156.740,00 (duzentos e vinte e um milhões, cento e cinquenta e seis mil setecentos e quarenta reais), para o qual as contratantes atribuíram caráter irrevogável e irretroatável.

Consoante o pactuado entre a J&F e a Eldorado, o AFAC deverá ser convertido em capital social da Eldorado em até 5 (cinco) anos a contar da data da assinatura do instrumento do AFAC, com a emissão de 221.156.740 (duzentos e vinte e uma milhões, cento e cinquenta e seis mil setecentas e quarenta) ações.

18.3 Reserva de lucros

Quando da ocorrência, é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, quando incorrido, nos termos do art. 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

18.4 Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência é destinado ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% ajustado na forma da lei societária.

19 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	41.362	38	41.362	38
Mercado externo	162.090	-	89.069	-
Deduções de vendas				
Devoluções de vendas e abatimentos	(22.069)	-	(366)	-
Impostos sobre vendas	(9.046)	-	(9.046)	-
Receita líquida de vendas	<u>172.337</u>	<u>38</u>	<u>121.019</u>	<u>38</u>

20 Resultado por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado do exercício aos montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico.

Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações do exercício.

	31/03/13	31/03/12
Resultado atribuível aos acionistas	<u>(46.687)</u>	<u>(17.040)</u>
Total de ações do exercício - Milhares	<u>1.525.558</u>	<u>1.497.135</u>
Resultado por lote de mil ações	<u>(30,60)</u>	<u>(11,38)</u>

21 Despesas com vendas, administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Despesas com pessoal	9.567	8.719	10.184	8.719
Despesas com serviços	10.153	4.809	17.008	4.809
Despesas com materiais diversos	622	195	634	195
Transportes e outros	13.061	515	14.120	515
	<u>33.403</u>	<u>14.238</u>	<u>41.946</u>	<u>14.238</u>
Desmembramento				
Despesas administrativas e gerais	12.852	14.238	14.218	14.238
Despesas com vendas	20.551	-	27.728	-
	<u>33.403</u>	<u>14.238</u>	<u>41.946</u>	<u>14.238</u>

As despesas com pessoal sofreram um incremento ao longo do exercício, sobretudo relacionado ao aumento considerável do quadro de funcionários.

As despesas administrativas e gerais tiveram um crescimento significativo entre 2012 e 2013, o qual se deve substancialmente ao aumento das prestações de serviços relacionados à assessoria jurídica e consultorias diversas, mão de obra terceirizada, assistência técnica, armazenagem provisória, vigilância, consultoria de TI, transportes, entre outros.

22 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Juros ativos	673	(386)	673	(386)
Despesas bancárias diversas	(12.310)	-	(12.345)	-
Rendimento de aplicações financeiras	2.687	722	2.687	722
Juros passivos	(106.498)	-	(106.498)	-
Variações cambiais ativas líquidas	38.594	-	38.938	-
Resultado com derivativos	-	-	-	-
Outros	<u>(110)</u>	<u>(3.168)</u>	<u>(110)</u>	<u>(3.168)</u>
	<u>(76.964)</u>	<u>(2.832)</u>	<u>(76.655)</u>	<u>(2.832)</u>

A Companhia apresentou um incremento em seu resultado financeiro líquido, sobretudo em decorrência das variações cambiais ativas sobre empréstimos em moeda estrangeira e, também, em decorrência dos rendimentos sobre aplicações financeiras.

23 Cobertura de seguros

É política da Companhia manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros de acordo com a sua natureza. A Companhia não efetua seguros para seus ativos biológicos, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 9.

Em 31 de março de 2013, a cobertura de seguros contra riscos de engenharia totalizava R\$ 6,53 bilhões (R\$ 2,5 bilhões em 2012) de limite máximo de indenização.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados principalmente à flutuação das taxas de juros e variações cambiais e a riscos de liquidez.

Riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. Esses riscos estão concentrados em sua dívida com instituições financeiras e com fornecedores, relacionados à construção do ativo qualificável.

a. Riscos de taxas de juros

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas a que a Companhia e suas controladas podem incorrer, devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a esse risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e IPCA (Índice Nacional de Preço do Consumidor Amplo), além de eventuais transações com posições prefixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado). A Companhia procura mitigar o risco da taxa de juros efetuando a diversificação dos índices contratados, além de efetuar aplicações financeiras nos mesmos índices associados ao seu passivo, efetuando assim um *hedge* natural.

O risco de taxa de juros está atrelado diretamente ao risco de aumentos nos encargos financeiros relacionados aos empréstimos e financiamentos, considerando as flutuações de taxas de mercado.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia dá-se sobre os empréstimos e financiamentos. Segue posição em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora e consolidado	
		31/03/2013	31/12/2012
Cédulas de créditos bancários (ii)	CDI + juros de 0,45% a 0,65% a.m.	440.288	503.908
BNDES - Subcrédito A (iii)	TJLP + juros de 3,32% a.a.	500.522	500.390
BNDES - Subcrédito G (iii)	TJLP +2,92% a.a.	137.220	137.186
BNDES (iii)	TJLP + Variação cambial USD	299.057	298.017
BNDES - Subcrédito K (iii)	TJLP	2.077	1.644
Debêntures (primeira emissão)	110% do CDI	14.060	15.600
Debêntures (segunda emissão)	IPCA + 7,41% a.a.	982.951	940.000
Aplicações financeiras (compromissadas)	99% do CDI	<u>(100.431)</u>	<u>(280.585)</u>
		<u>2.275.744</u>	<u>2.116.160</u>

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de março de 2013, a seguir estão apresentadas possíveis alterações nas taxas de juros, de 25% e 50%, nas variáveis de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as taxas de juros de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data-base destas demonstrações contábeis, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições:

Operação - 31/03/2013	Risco	Posição	Provável	Possível 25%	Remoto 50%
Cédulas de créditos bancários (ii)	CDI + juros de 0,45% a 0,65% a.m.	440.288	-	550.360	660.432
BNDES - Subcrédito A (iii)	TJLP + juros de 3,32% a.a.	500.522	-	625.653	750.783
BNDES - Subcrédito G (iii)	TJLP +2,92% a.a.	137.220	-	171.525	205.830
BNDES (iii)	TJLP + Variação cambial USD	299.057	-	373.821	448.586
BNDES - Subcrédito K (iii)	TJLP	2.077	-	2.596	3.116
Debêntures (primeira emissão)	110% do CDI	14.060	-	17.575	21.090
Debêntures (segunda emissão)	IPCA + 7,41% a.a.	982.951	-	1.228.689	1.474.428
Aplicações financeiras (compromissadas)	99% do CDI	<u>(100.431)</u>	-	<u>(125.539)</u>	<u>(150.647)</u>
Exposição líquida de taxa de juros		<u>2.275.744</u>	=	<u>2.844.680</u>	<u>3.413.616</u>

Operação - 31/12/2012	Risco	Posição	Provável	Possível 25%	Remoto 50%
Cédulas de créditos bancários (ii)	CDI + juros de 0,45% a 0,65% a.m.	503.908	-	629.885	755.862
BNDES - Subcrédito A (iii)	TJLP + juros de 3,32% a.a.	500.390	-	625.487	750.585
BNDES - Subcrédito G (iii)	TJLP +2,92% a.a.	137.186	-	171.482	205.779
BNDES (iii)	TJLP + Variação cambial USD	298.017	-	372.521	447.025
BNDES - Subcrédito K (iii)	TJLP	1.644	-	2.055	2.466
Debêntures (primeira emissão)	110% do CDI	15.600	-	19.500	23.400
Debêntures (segunda emissão)	IPCA + 7,41% a.a.	940.000	-	1.175.000	1.410.000
Aplicações financeiras (compromissadas)	99% do CDI	<u>(280.585)</u>	=	<u>-350.731</u>	<u>(420.877)</u>
Exposição líquida de taxa de juros		<u>2.116.160</u>	=	<u>2.645.199</u>	<u>3.174.240</u>

Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

O custo do empréstimo baseado na cesta de moedas é definido a partir do custo médio das captações do Banco no mercado internacional e compõe-se da UMBNDES mais encargos da cesta de moedas que é a taxa de juros variáveis.

A TJLP, taxa de juros a longo prazo, foi instituída para definir o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES e está nesta data em 5,5% a.a.

b. Riscos de taxas de câmbio

O risco de taxa cambial é aquele em que as alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos ativos ou aumento das obrigações.

As principais exposições às quais a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, referem-se à flutuação do dólar norte-americano, do euro e da coroa sueca em relação ao Real.

Em 31 de março de 2013, a cotação do dólar norte-americano, do euro e da coroa sueca foi respectivamente de R\$ 2,0138, R\$ 2,5853 e R\$ 0,3097, e, em 31 de dezembro de 2012, foi respectivamente de R\$ 2,0429, R\$ 2,6954 e R\$ 0,3138.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o risco de variação cambial está concentrado nas rubricas Adiantamentos a fornecedores, Fornecedores e Empréstimos.

A Companhia, a fim de prevenir-se do risco da volatilidade da variação das taxas de câmbio, procura balancear seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

A seguir, são apresentados os ativos e passivos da Companhia, expostos a riscos de variação cambial, bem como os efeitos dessas contas no imobilizado, referente ao período findo em 31 de março de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Controladora

	31/03/2013	31/12/2012
Adiantamentos em US\$	488	3
Adiantamentos em Euro	145	144
Adiantamentos em Renminbi (China)	-	10
Adiantamentos em coroa sueca	9	-
Non Deliverable Forwards (US\$)	-	105.000
	<hr/>	<hr/>
Total de adiantamento a fornecedores	<u>642</u>	<u>105.157</u>

Eldorado Brasil Celulose S.A.
Demonstrações contábeis intermediárias em
31 de março de 2013

	31/03/2013	31/12/2012
Fornecedores (dólar norte-americano)	(8.066)	(6.317)
Fornecedores (euro)	(88.898)	(159.500)
Fornecedores (coroa norueguesa)	(491)	-
Fornecedores (coroa sueca)	(3.998)	(6.915)
	<u>(101.453)</u>	<u>(172.732)</u>
Total de fornecedores	(101.453)	(172.732)
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio	(299.472)	(108.728)
BNDES - Subcrédito C, H e L	(611.121)	(620.427)
BNDES - Subcrédito B	(718.175)	(729.065)
BNDES - Subcrédito D, E, F, J e I	(299.057)	(298.017)
ECAs	(749.358)	(721.750)
Caterpillar Financeira	(33.927)	(33.377)
	<u>(2.711.710)</u>	<u>(2.511.364)</u>
Total de empréstimos e financiamentos	(2.711.710)	(2.511.364)
Exposição líquida	<u>(2.812.521)</u>	<u>(2.578.939)</u>
	(2.812.521)	(2.578.939)

O risco de alteração nas taxas cambiais pode incorrer em prejuízos à Companhia, decorrentes de possível redução dos valores dos ativos ou incremento de seus passivos.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para cobertura de suas operações em moeda estrangeira para o período findo em 31 de março de 2013.

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de março de 2013, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data-base destas demonstrações contábeis, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições ativas e passivas:

Controladora

		31/03/2013		
Operação	Risco	Posição	25%	50%
Adiantamento a fornecedores	Depreciações do R\$	642	803	963
Fornecedores no Exterior	Depreciações do R\$	(101.453)	(126.816)	(152.180)
Empréstimos no Exterior	Depreciações do R\$	(2.711.710)	(3.389.638)	(4.067.565)
		<u>(2.812.521)</u>	<u>(3.515.651)</u>	<u>(4.218.782)</u>
Exposição líquida de variação cambial		(2.812.521)	(3.515.651)	(4.218.782)
		31/12/2012		
Operação	Risco	Posição	25%	50%
Adto. a fornecedores Exterior	Depreciações do R\$	157	196	236
Fornecedores no Exterior	Depreciações do R\$	(172.732)	(215.915)	(302.281)
Empréstimos no Exterior	Depreciações do R\$	(2.511.264)	(3.139.080)	(3.766.896)
		<u>(2.683.839)</u>	<u>(3.354.799)</u>	<u>(4.068.941)</u>
Exposição líquida de variação cambial		(2.683.839)	(3.354.799)	(4.068.941)

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto. Na posição de 31 de dezembro de 2012, os únicos Derivativos em aberto que a Companhia possuía eram contratos de NDF (Non Deliverable Forwards), com vencimentos entre 2 de fevereiro e 1º de julho de 2013 (encerrado no primeiro trimestre de 2013 pelo valor de R\$ 3.959), firmados com o Banco BTG Pactual, conforme demonstrados abaixo. Esses contratos têm por objetivo reduzir a volatilidade nas operações de vendas em dólar nos primeiros meses de operação.

Derivativos liquidados

	Valor-base		Vencimento	Valor-base	
	Dólar	Reais		Dólar	Reais
NDFs					
Posição Vendida (USD)	105.000	214.568	02/01/13 a 01/07/13 Liquidado em março 2013	1.768	3.613

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Contas a receber de clientes	34.585	7.529	99.485	4.727
Contas a receber de partes relacionadas	191.951	41.005	48.041	41.005
	<u>226.536</u>	<u>48.534</u>	<u>147.526</u>	<u>45.732</u>

Risco de preço

A Companhia está exposta à volatilidade dos preços da madeira somente para os novos contratos não fechados, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas silviculturais e outros. A Companhia, com o objetivo de garantir matéria-prima para operacionalização de sua fábrica, vem efetuando compras de madeira para entrega futura, com pagamentos parciais antecipados, não ficando exposta à volatilidade de preços para os contratos já firmados.

Controladora	31/03/13	31/12/12
Valor estimado de contratos firmes - R\$	279.207	380.902
Adiantamentos efetuados	<u>(83.023)</u>	<u>(73.366)</u>
Total	<u>196.184</u>	<u>307.536</u>

Os riscos nas variações de preço são mitigados pela efetiva entrega da madeira, momento em que será reconhecida a obrigação com fornecedores e o respectivo estoque, ambos pelo valor fixo do fechamento do contrato. Assim, conforme cronograma, os estoques de madeira que ainda não foram entregues não estão sujeitos ao respectivo risco do compromisso de pagamento e, principalmente, não estão sujeitos ao risco quanto à oscilação do preço das madeiras.

Os riscos de não recebimento da madeira são mitigados pelo constante acompanhamento do desenvolvimento das florestas pelos seus especialistas.

d. Risco de liquidez

As dívidas de longo prazo da Companhia são compostas pelas modalidades: BNDES, ECAs e debêntures, tem prazo de vencimento de 10 a 15 anos, com carência de ao menos um ano. A dívida das ECAs e das debêntures tem pagamentos personalizados. Nos primeiros anos a amortização do principal é menor em relação aos anos que se aproximam da liquidação total.

O financiamento do capital de giro da Companhia é feito através de contração de linhas de crédito ACCs, NCEs, Pré-Pagamentos.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros líquidos da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Controladora

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Mais de 4 anos	Valor justo
Em 31 de março de 2013					
Fornecedores	322.548	-	-	-	322.548
Empréstimos e financiamentos	836.563	448.946	857.176	2.722.237	4.864.922
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(102.520)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(102.520)</u>
Total	<u>1.056.591</u>	<u>448.946</u>	<u>857.176</u>	<u>2.722.237</u>	<u>5.084.950</u>
Em 31 de dezembro de 2012					
Fornecedores	342.019	-	-	-	342.019
Empréstimos e financiamentos	628.613	849.865	921.968	2.287.299	4.687.745
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(593.883)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(593.883)</u>
Total	<u>376.749</u>	<u>849.865</u>	<u>921.968</u>	<u>2.287.299</u>	<u>4.435.881</u>

Consolidado

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Em 31 de março de 2013					
Fornecedores	322.548	-	-	-	322.548
Empréstimos e financiamentos	836.563	448.946	857.176	2.722.237	4.864.922
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(127.219)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(127.219)</u>
Total	<u>1.031.892</u>	<u>448.946</u>	<u>857.176</u>	<u>2.722.237</u>	<u>5.060.251</u>
Em 31 de dezembro de 2012					
Fornecedores	342.019	-	-	-	342.019
Empréstimos e financiamentos	628.613	849.865	921.968	2.287.299	4.687.745
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(595.799)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(595.799)</u>
Total	<u>374.833</u>	<u>849.865</u>	<u>921.968</u>	<u>2.287.299</u>	<u>4.433.965</u>

e. Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

De acordo com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- **Nível 1** - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.
- **Nível 3** - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Segue o quadro de classificação por nível de risco:

Controladora

	<u>31/03/2013</u>			<u>31/12/2012</u>		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	102.520	-	-	593.883	-	-
Non Deliverable Forwards (NDF)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.613</u>	<u>-</u>
Total ativo	<u>102.520</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>593.883</u>	<u>3.613</u>	<u>-</u>

Consolidado

	<u>31/03/2013</u>			<u>31/12/2012</u>		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	127.219	-	-	595.799	-	-
Non Deliverable Forwards (NDF)	-	-	-	-	3.613	-
Total ativo	<u>127.219</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>595.799</u>	<u>3.613</u>	<u>-</u>

Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria e valor justo:

Controladora:	<u>31/03/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	102.520	102.520	593.883	593.883
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	34.585	34.585	7.529	7.529
Contas a receber de partes relacionadas	191.951	191.951	41.005	41.005
Ativos financeiros totais	<u>329.056</u>	<u>329.056</u>	<u>642.417</u>	<u>642.417</u>
	<u>31/03/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	4.864.922	4.864.922	4.687.745	4.687.745
Fornecedores	322.548	322.548	342.019	342.019
Passivos financeiros totais	<u>5.187.470</u>	<u>5.187.470</u>	<u>5.029.764</u>	<u>5.029.764</u>

Consolidado

	<u>31/03/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	127.219	127.219	595.799	595.799
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	99.485	99.485	4.727	4.727
Contas a receber de partes relacionadas	48.041	48.041	41.005	41.005
Ativos financeiros totais	<u>274.745</u>	<u>274.745</u>	<u>641.531</u>	<u>641.531</u>

	<u>31/03/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	4.864.922	4.864.922	4.687.745	4.687.745
Fornecedores	<u>322.548</u>	<u>322.548</u>	<u>342.019</u>	<u>342.019</u>
Passivos financeiros totais	<u><u>5.187.470</u></u>	<u><u>5.187.470</u></u>	<u><u>5.029.764</u></u>	<u><u>5.029.764</u></u>
		31/03/2013	31/12/2012	
Valor total dos empréstimos e financiamentos		4.864.922	4.687.745	
(-) Empréstimos subsidiados pelo BNDES (i)		(2.268.172)	(2.243.133)	
(-) Financiamentos Export Credit Agency - ECA (i)		(749.358)	(772.026)	
(-) Debêntures (i)		(997.011)	(955.600)	
(-) Empréstimos de curto prazo (ii)		<u>(836.563)</u>	<u>(605.425)</u>	
Passivos financeiros totais		<u><u>13.818</u></u>	<u><u>111.561</u></u>	

A Companhia demonstra que o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros se aproximam em função de (i) não existência de um mercado ativo para tais instrumentos; (ii) empréstimos com curto prazo para sua efetiva liquidação, apresentando saldo líquido cujo efeito da apuração do valor justo não seja relevante.

Garantias

Em decorrência das operações firmadas com o BNDES e as ECAs, foram concedidas as seguintes garantias compartilhadas: a) hipoteca em primeiro grau da fábrica instalada no município de Três Lagoas, b) penhor de 750.000.000 de ações ordinárias nominativas da Eldorado, c) penhor de 368.000.000 de ações ordinárias escriturais da coligada JBS S.A. e d) alienação fiduciária dos equipamentos florestais financiados pelas ECAs no montante de aproximadamente R\$ 80.000.

25 Outros assuntos - Arrendamento operacional de terras

Os arrendamentos operacionais de terras serão pagos da seguinte forma:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31/03/2013	31/12/2012
Menos de um ano	24.097	27.525
Entre um e cinco anos	184.763	158.357
Mais de cinco anos	<u>374.718</u>	<u>34.531</u>
Total	<u><u>583.578</u></u>	<u><u>220.413</u></u>

A Companhia efetua arrendamentos operacionais de terras para utilização em suas operações. Esses arrendamentos normalmente duram de seis a dez anos, com opção de renovação do

arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, de acordo com os aluguéis de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações em um índice de preço local.

Durante o período, o montante de R\$ 91.945 foi reconhecido como custo de formação do ativo biológico com relação a arrendamentos operacionais (R\$ 32.029 em 2012).

Os arrendamentos registrados pela Companhia referem-se basicamente a terras para o plantio de eucalipto. Como a escritura do terreno não é transferida, a Companhia determinou que o arrendamento do terreno seja operacional. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e a Companhia não participa em qualquer eventual valor residual; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios do arrendamento são do arrendador. Assim, a Companhia determinou que os arrendamentos são arrendamentos operacionais.

26 Eventos subsequentes

Em 15 de abril de 2013, a Companhia obteve uma nova remessa de empréstimos com o BNDES, no montante de R\$ 417.154, o qual foi utilizado para a quitação de dívidas de curto prazo no montante de R\$ 408.258.

* * *

Diretoria Executiva

José Carlos Grubisich Filho
Diretor-presidente

Marcos Paletta Camara
Diretor-financeiro e de relações com
investidores

Carlos Roberto Paiva Monteiro
Diretor técnico industrial

Reginaldo Nunes Gomes
Diretor-comercial

Germano Aguiar Vieira
Diretor florestal

Conselho de Administração

Joesley Mendonça Batista
Presidente do Conselho de Administração

Wesley Mendonça Batista
Vice-presidente do Conselho de
Administração

Humberto Pires Gault Vianna de Lima
Conselheiro

Eduardo Dias Luz
Conselheiro

Luís Carlos Fernandes Afonso
Conselheiro

Marcus Vinicius Pratini de Moraes
Conselheiro

Miguel João Jorge Filho
Conselheiro